

ANÁLISE DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA MUNICIPAL NO INTERIOR DA PARAÍBA

Mary Delane Gomes de Santana¹
Claud Kirmayr da Silva Rocha²

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as concepções de avaliação e as práticas desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem, pelas professoras do Ensino Fundamental I. Foi utilizado os tipos de pesquisas quanto aos fins e os meios, como: a exploratória, a descritiva e a explicativa, a bibliográfica e o estudo de caso. Para a coleta de dados fizemos uso do trabalho de campo com a aplicação de um questionário. Buscou-se delinear o presente estudo com uma temática centrada nos dois tipos de avaliação, a classificatória, cuja expectativa de promoção passa a girar em torno da nota e a mediadora, que considera os estudantes sujeitos no processo de construção do conhecimento. Constatamos durante a pesquisa contradições entre o saber e o fazer das professoras, embora tenham conhecimento da importância da avaliação contínua e mediadora, não a utilizam com frequência, quando indagadas sobre os motivos, alegaram a falta de tempo para trabalhar com a mesma e cumprirem com as exigências dos conteúdos e o respeito ao calendário escolar, por isso acabam utilizando a que exige menos tempo e mais eficácia quantitativa, ou seja, classificatória. A LDB e a BNCC exigem que as escolas desenvolvam uma avaliação diagnóstica, processual e formativa, porém, as práticas das professoras pesquisadas não se diferenciam das práticas das professoras da maioria das escolas do nosso país, que persistem numa avaliação tradicional, conteudista, na qual, o papel do professor limita-se em constatar se o aluno está apto, ou não, a dar sequência ao seu aprendizado escolar.

Palavras-chaves: Ensino fundamental I, Práticas avaliativas, Papel do professor.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é uma etapa bastante importante do processo educacional, haja visto ser durante o ato avaliativo que ocorre a “legitimação” dos objetivos a que a escola se propõe. Atualmente, muito se discute que o processo de avaliação, da maneira como vem sendo praticado pela maioria das instituições educacionais, centralizado no julgamento e na seletividade, tem colocado a educação a serviço do controle social ao mesmo tempo que tem colocado muitos alunos a margem do processo ensino aprendizagem e até mesmo fora de sala de aula.

¹ Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia. Mestre em Sociologia. Prof^ª. Substituta da Universidade Estadual da Paraíba, do CEDUC, Departamento de Pedagogia - CAMPUS I – R. Baraúnas, 351 – Universitário, Campina Grande – PB. Prof^ª Substituta de Sociologia, do IFPB na cidade de Picuí – PB, mdgs.uepb@gmail.com

² Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP, Especialista em Geopolítica Geografia e História, Mestre em Ciências da Educação pelo ISEL, claud_bc@hotmail.com

A escola passa a ser um instrumento de seletividade, produzindo de um lado um grupo de privilegiados, com acesso ao ensino mais elaborado, com chances de terminalidade dos estudos acadêmicos, e do outro lado um grupo de marginalizados que por não terem “inteligência”, “nem aptidão” frente ao que define o processo de avaliação, continuam ficando a margem da continuidade da educação escolar, alcançando no máximo o ensino médio, de preferência um curso profissionalizante e ou a EJA.

Frente ao exposto, este trabalho teve como problema de pesquisa a seguinte questão: Até que ponto a prática avaliativa dos professores da Escola de educação infantil e fundamental Maria da Guia Ramos, está coerente, com os pressupostos teóricos na perspectiva de uma avaliação diagnóstica e mediadora?

A razão de se pesquisar a avaliação da aprendizagem escolar, é a de poder examinar quais as concepções de avaliação e os métodos utilizados no processo de ensino aprendizagem, e quais os outros caminhos que podem estar sendo utilizado pelas professoras pesquisadas, uma vez que a teoria sobre este tema enfatiza a importância de se aplicar uma avaliação coerente com os pressupostos teóricos metodológicos, que norteiam o projeto político pedagógico da escola que já deve estar atualmente em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional e cultural.

Entretanto, para que o aluno seja capaz de exercer plenamente todas elas, se faz necessário que, a escola esteja preparada para essa demanda, o que requer incorporação de inovações, principalmente no tocante a avaliação da aprendizagem, já que é através do ato avaliativo, que constatamos se os objetivos de ensino foram alcançados. Portanto, tendo em vista as competências gerais da (BNCC) o processo avaliativo deve estar articulado com uma prática avaliativa diagnóstica e mediadora, onde o professor deve avaliar constantemente o seu aluno ao longo do processo. Nesta perspectiva não apenas o aluno deve ser avaliado, mas também o contexto escolar e os sujeitos que dele fazem parte.

O professor deve conhecer seus alunos e desenvolver um processo de ensino para constatar o que o aluno aprendeu, e não utilizar a avaliação como um instrumento para auferir a aprendizagem. A avaliação deve ser vista também como instrumento para que os professores revejam sua prática docente, e assim, busquem novas estratégias de ensino, no sentido de fazer com que os estudantes superem as dificuldades de aprendizagem, e possam dar prosseguimento a sua escolarização de forma significativa e com qualidade.

Desse modo o processo de avaliação tem que ser contínuo, ou seja, é indispensável que o professor avalie outros aspectos dos educandos. É necessário, portanto esclarecer qual é a concepção de avaliação para o professor.

Para desenvolver este trabalho têm-se como objetivos geral: analisar a prática avaliativa das professoras do ensino fundamental (1º ao 5º ano) procurando verificar a partir das opiniões delas, como se desenvolvem esta prática em sala de aula.

Como objetivos específicos têm-se:

- Investigar o conhecimento das professoras sobre as práticas avaliativas definidas pela BNCC, PPP e as teorias que versam sobre o tema;
- Examinar como as professoras veem e aplicam a prova, isto é, se para elas a prova é um instrumento diagnóstico ou classificatório no processo de aprendizagem dos educandos;
- Identificar quais os instrumentos de avaliação utilizados pelos (as) professores (as) em sala de aula, se elas usam outros instrumentos além da prova.

Frente ao exposto podemos confirmar a relevância desse estudo, uma vez que a maioria das escolas ainda trabalha com uma avaliação classificatória que tem a função apenas de medir um conhecimento quantitativo que acaba dividindo os estudantes entre aprovados e reprovados. A avaliação por sua vez utilizada nesses moldes continua sendo um bicho de sete cabeças, que intimida o estudante. E acaba ficando descomprometido com a aprendizagem do mesmo, contribuindo para uma imagem negativa daqueles que não alcançam o resultado desejado e estipulado pela escola, provocando o fracasso escolar seja devido a multirepetência e ou a evasão deles.

METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa tem como tema central a Avaliação da Aprendizagem Escolar, foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica de obras científicas de vários autores que tratam deste tema, dentre estes, podemos citar: Hoffmann, Luckesi e Vasconcelos. Para o desenvolvimento do mesmo foi feito uso da pesquisa descritiva e explicativa, além da pesquisa de campo, que foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental I Maria Da Guia Ramos.

De acordo com Gil (2022), a pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial de todo trabalho científico ou acadêmico, com objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a parti de um determinado tema. Após a escolha de uma temática específica a ser abordada, a pesquisa bibliográfica deve-se limitar ao tema que foi escolhido pelo pesquisador, servindo como modo de se aprofundar no assunto.

Desta forma além de traçar um histórico sobre o objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica também ajuda a encontrar contradições e respostas anteriormente questionadas. O levantamento bibliográfico é normalmente feito a parti da análise de fontes secundárias que

abordam de diferentes maneiras o tema escolhido para estudo. As fontes podem ser livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas etc.), textos disponíveis em sites confiáveis etc.

A pesquisa descritiva é umas das classificações das pesquisas científicas na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado. Neste modelo de pesquisa, cabe ao pesquisador realizar um estudo mais detalhado, com levantamento, análise e interpretação dos dados. O pesquisador deve trabalhar como observador, se mantendo distante do objeto de estudo, para que não influencie nos resultados obtidos. Na pesquisa descritiva as respostas se resumem a dados qualitativos e quantitativos. Para a coleta de informações o pesquisador usa o questionário e outras técnicas de levantamento de dados.

A pesquisa explicativa também realiza um estudo com coleta e análise de dados, porém ela possui uma tendência a relacionar teoria e prática no processo de pesquisa científica. Este modelo de pesquisa além de observar e analisar os fatos, visa teorizar o assunto, explicando os motivos e processos por trás da temática em estudo.

LÓCUS DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A Escola Municipal e Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria da Guia Ramos, está situada a Rua Juraci Fernandes no Bairro Monte Alegre na cidade de Lagoa Seca-PB. A escola possui 5 salas de aula funcionando nos turnos manhã e tarde, atendendo as turmas do maternal ao 5º ano do ensino fundamental. Atualmente a escola conta com 158 alunos, sendo que a maioria destes alunos são da zona rural, e chegam até a escola utilizando ônibus escolar.

Os sujeitos desta pesquisa foram os 6 (seis) professores do Ensino Fundamental I que atuam nesta instituição educacional. A princípio procuramos estabelecer contatos com o grupo, explicitando os objetivos do estudo e a relevância do mesmo para a área depois aplicamos um questionário que continha perguntas objetivas e subjetivas sobre o tema pesquisado.

Algumas das principais vantagens em se utilizar o questionário, está na rapidez e no fato de não exigir exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica em custos relativamente baixos. Outra vantagem é, possibilitar a análise estatística dos dados já que as respostas obtidas no caso das questões objetivas, são padronizadas (Gil, 2002, p. 45).

DESENVOLVIMENTO

AVALIAÇÃO SOMATIVA OU CLASSIFICATÓRIA

A avaliação da aprendizagem “não existe por si” (LUCKESI, 1995, p. 10), sendo assim podemos dizer que, o ato avaliativo está intrinsecamente atrelado aos objetivos dos projetos educacionais, e, portanto, submetido aos mesmos condicionamentos políticos, econômicos e sociais que determina a finalidade da educação na sociedade. Logo se desejamos repensar a prática avaliativa tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino, não podemos nos deter apenas na reflexão do ato avaliativo. Esta reflexão deve ser bem mais abrangente, envolvendo o processo educacional como um todo, bem como os condicionantes sociais, políticos e econômicos que exerce forte influência nesse processo.

Vale salientar que a “capacidade” dos educandos, a formação do educador, os conteúdos transmitidos, e a forma de transmissão não são os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso escolar, uma vez que por trás do fenômeno da seletividade existe outros fatores muito mais determinantes, dos quais os acima citados, são apenas consequências. Dentre estes podemos afirmar que a questão da seletividade é algo inerente à formação das instituições sociais não só brasileiras, mas no mundo como um todo, que se estruturaram sobre a égide da burguesia industrial capitalista. Esta estruturação se deu de forma a preservar os interesses deste grupo social, gerando uma sociedade desigual e excludente.

Na realidade a desigualdade e a exclusão estão presentes em quase todas as instituições escolares, principalmente na escola que tem sido utilizada como meio de reprodução e manutenção do modelo social vigente.

LUCKESI [1995] mostra como este processo ocorre no interior da escola, que é dependente da estrutura social;

No caso, a avaliação está muito mais articulada com a reprovação do que com a aprovação e daí vem a sua contribuição para a seletividade social, que já existe independente dela. A seletividade social já está posta: a avaliação colaborada com a correnteza, acrescentando mais um fio d’água. (LUCKESI 1995, p. 23)

Neste contexto, para que a prática avaliativa possa permitir o controle social exigido pela sociedade, ela terá que ser autoritária, além de classificatória e excludente. Daí entendermos porque muitas das ações educativas são permeadas pelo autoritarismo, em especial

a avaliação da aprendizagem, e que isso ocorre à revelia do professor, que, muitas vezes sequer tem consciência desse processo e, outra vez não sabe como dele escapar.

Na verdade, apesar de estudos e pesquisas realizadas em torno da avaliação da aprendizagem escolar, esta ainda continua sendo um desafio para os educadores, principalmente para aqueles docentes que percebem que a maneira como essa vem sendo praticada não atende as expectativas de uma avaliação mediadora, de ação diagnóstica e reflexiva. Cujo principal objetivo é oferecer subsídios ao professor, para que este, refletindo sua prática docente possa reestruturar suas ações pedagógicas, no sentido de oferecer aos seus educandos oportunidades de estarem num contínuo processo de evolução, na construção do conhecimento.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E MEDIADORA

Esta prática avaliativa tem seus pressupostos teóricos relacionados a tendência progressista e libertadora, ou pedagogia de Paulo Freire. A educação libertadora diferencia-se da tendência tradicional classificatória no sentido de que seus objetivos estão voltados para a construção da consciência crítica do indivíduo, questionando concretamente a realidade e das relações homem/natureza/ os outros homens, visando uma transformação de tal realidade. Seus conteúdos são extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. O que é importante não é a transmissão exclusiva dos conteúdos programáticos, mas o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, neste paradigma os educandos são considerados sujeitos no processo de ensino-aprendizagem e não meros depósitos de informações.

Nesta perspectiva os métodos de ensino utilizados partem na maioria das vezes das discussões grupais, onde o conhecimento é socializado através da troca de experiência. O relacionamento professor/aluno se dá de forma horizontal, ou seja, educador e educando se posicionam como sujeitos no ato da construção do conhecimento, pois o método de ensino tem o diálogo como base.

Vale salientar que apesar da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei/9394/96) apontar para uma avaliação contínua e diagnóstica, em muitas escolas ainda prevalece uma prática avaliativa classificatória, como bem destaca Hoffman (2002).

Com as exigências da LDB nº 9394/96, a maioria dos regimentos escolares são introduzidos por textos que enunciam objetivos ou propósitos de uma avaliação contínua, mas estabelecem normas classificatórias e somáticas, revelando a manutenção das práticas tradicionais.

De acordo com a autora supracitada o grande problema é que os professores inconscientemente confundem avaliação com exames, trazendo para as escolas processos avaliativos que tem por finalidade explícita a classificação e a seletividade, a exemplo do exame nacional do ensino médio (ENEM), cujo objetivo é eliminar os candidatos que não conseguiram resultados satisfatório. Para Hoffmann (2002), avaliar não é fazer prova, medir no final de um período, um conhecimento, muito pelo contrário, a avaliação deve promover melhores oportunidades de aprendizagem para os alunos. Diferenciando-se, portanto, da avaliação classificatória.

Na realidade a não compreensão dos princípios teóricos que fundamenta a avaliação mediadora causou muita confusão para a implementação desta, no contexto escolar. Para muitos professores, avaliar os alunos nesta perspectiva era, não mais fazer provas, testes etc. No entanto, sabemos que a questão da avaliação mediadora, não é definida pelo fato de fazer, ou não fazer provas, aplicar este ou aquele instrumento avaliativo, mas sim pela finalidade do ato avaliativo.

Na década de 80, 90 os projetos educacionais estavam voltados, como já citado anteriormente, para uma educação liberadora que, tinha como pressupostos teóricos a concepção construtivista e, sócio interacionista da educação, já questionavam a ideia do professor como detentor do saber, atualmente, com as exigências da BNCC, estas ideias são intensificadas, já que um dos principais objetivos da BNCC é fortalecer o protagonismo do aluno no processo de ensino aprendizagem. Desta forma tanto a escola como os professores deverão assumir um novo olhar sobre o processo de avaliação da aprendizagem. Neste sentido, como abordado pelo próprio documento da base, um dos seus objetivos como currículo é:

Ou seja, é necessário que o professor saiba avaliar o nível de aprendizagem do aluno sem desmerecê-lo em outras partes. É imprescindível que o docente defina aonde quer chegar, para que assim consiga traçar metas e procedimentos, havendo uma relação entre professor e aluno, pois é através da avaliação que o aluno vai conseguir ver seus avanços e dificuldades e o professor auxiliá-lo a superar estas dificuldades e saber olhar para os erros e investigar seus significados, observá-los segundo diversos pontos de vista e, desse modo, possibilitar uma postura mais crítica sobre o que se sabe e o que falta aprender. A análise dos erros é uma das formas mais legítima de uma avaliação elaborada com carinho e comprometida com uma aprendizagem significativa para o educando.

Agindo dessa forma, o professor assume o papel de mediador do processo ensino aprendizagem, tendo como uma das funções conduzir o processo de forma vigilante, intervindo de forma que os alunos avancem os seus conhecimentos. Hoffmann (2002, p. 84) considera que

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

“[...] é preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados, em relação as respostas dos alunos”. Assim sendo, o erro, especialmente no caso da aprendizagem escolar, não deve ser visto como fonte de castigo, mas como um suporte para o crescimento.

De acordo com os princípios teóricos-filosóficos que fundamentam a avaliação diagnóstica e mediadora, esta se contrapõe a prática avaliativa tradicional, uma vez que enquanto a prática avaliativa tradicional está a serviço do controle social, a avaliação diagnóstica e mediadora aponta para a construção de um modelo educacional que não se preocupa apenas em formar trabalhadores, mas se volta sobretudo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo do educando, de forma a oportuniza-lo a intervir no meio social no qual está inserido, rompendo com as estruturas injustas e opressoras.

Para Luckesi (1996) é fácil de compreender que é oportuno transferir uma prática avaliativa autoritária e conservadora em uma prática diagnóstica e mediadora. Pois o conceito de educação que se mostra é de que o professor deixa de ser um transmissor de conhecimento, para ser um companheiro, um guia nesta longa jornada que é a educação.

Sendo o professor um companheiro, ele não poderia prejudicar um aluno, pois uma avaliação mal elaborada não apenas prejudica a aprendizagem do aluno, mas também atrapalha seu desenvolvimento escolar, pois cada vez que a criança é reprovada, ela volta ao ponto de partida e entendem isso como um fracasso afetando seu lado saiba das limitações e promova outros métodos de avaliação, pois há outros instrumentos que se encaixam nas possibilidades de uma avaliação formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao sexo dos informantes dos sete professores pesquisados apenas um pertence ao sexo masculino. No tocante a formação, todos (as) os professores são graduados em pedagogia, deste universo só um não tem especialização na área de educação. Quanto ao tempo de serviço as respostas variaram entre aqueles que apresentam dois, cinco, oito, treze anos de serviço atuando como docente, e aqueles que apresentaram maior tempo de serviço, segundo respostas do Prof^a - 1 - 25 anos, Prof^a - 2 - 30 anos de atuação no magistério.

Considerando os dados coletados, por meio dos questionários aplicados aos professores, observamos algumas contradições, na fala de alguns de nossos informantes, no tocante a avaliação da aprendizagem, principalmente em se tratando de avaliação numa perspectiva contínua e mediadora. Como podemos destacar através de alguns depoimentos:

“É muito difícil avaliar. Eu gostaria que outra pessoa fizesse por mim. Mas faço uma avaliação contínua, e no final de cada bimestre aplico uma prova pra (sic.) ver se os alunos estão aprendendo os conteúdos que foram trabalhados.” (Prof.^a. 1)

” Avaliar é verificar se os alunos estão realmente atingindo o conteúdo trabalhado em cada bimestre e no final do ano, onde auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho”. (Prof.^a. 2)

Nos dois depoimentos acima encontramos destaque para uma avaliação que demonstra preocupação com o acompanhamento dos alunos no sentido de verificar se os mesmos estão assimilando os conteúdos trabalhado no decorrer do bimestre semestre, ou ano letivo. No entanto entendemos que a avaliação contínua pressupõe a possibilidade do professor estar avaliando o desempenho do aluno permanentemente ao longo do processo, e não apenas, utilizando avaliações pontuais no final de um bimestre, semestre ou ano letivo, exigências dessa natureza atualmente ganham força através das dez competências da BNCC, que traz para as escolas a determinação de uma educação voltada para formação integral dos estudantes.

Neste caso educação integral indica desenvolvimento das crianças e, jovens em todas as suas dimensões. Este direcionamento, implica que além dos conhecimentos acadêmicos, precisamos expandir a capacidade dos alunos em lidar com o seu corpo e bem-estar, suas emoções e relações, sua atuação profissional e cidadã. Conforme o documento da BNCC o foco das escolas passa a ser não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências, compreendidas como soma de conhecimentos (saberes) habilidades de aplicar esses saberes na vida cotidiana. Desta forma se faz necessário a superação de processos avaliativo fundamentados na verificação quantitativa, na seletividade e na exclusão.

No tocante a segunda questão que trata sobre quais instrumentos os professores pesquisados utilizam para avaliar seus alunos? Obtivemos as seguintes respostas:

“Observação, produções individuais ou coletivas (trabalhos), atividades avaliativas (prova), participação em sala de aula, comportamento, organização”. (Prof.^a. 1)

“São utilizados diferentes instrumentos: observação diárias do desenvolvimento das atividades orais e escritas. Provas (orais e escrita), comportamento e participação”. (Prof.^a. 2)

“Debates conversas em rodinhas produções coletivas e individual, ilustrações, prova oral e escrita. Pesquisas”. (Prof.^a. 3)

“Prova escrita, apresentações no dia a dia, entrega de atividades propostas, participação durante as aulas, o esforço e o interesse do aluno”. (Prof.^a. 4)

“Prova, participação nas atividades, comportamento”. (Prof.^a. 5)

Prova oral escrita, participação e comportamento. (Prof.^a 6)

De acordo com os depoimentos acima, podemos constatar que, os professores buscam dinamizar a prática avaliativa, fazendo uso de instrumentos avaliativos variados, mas compreendemos que, a variedade dos instrumentos por si não constitui-se como garantia de que na verdade estejamos realizando uma prática de avaliação comprometida com uma aprendizagem significativa e, que os resultados que, nos são apresentados nestes instrumentos, traduzem a real situação de aprendizagem dos educandos, Desta forma concordamos com Hoffmann (2002), quando a mesma afirma:

Mudanças essenciais em avaliação dizem respeito à finalidade dos procedimentos avaliativo e não, em primeiro plano, à mudanças de tais procedimentos. Observa-se, entretanto, que a maioria das escolas e universidades iniciam processos de mudança alterando normas e práticas avaliativas, ao invés de delinear, com os professores, princípios norteadores de suas práticas.

Outro aspecto que nos chamou atenção nos relatos acima citados foi o fato de que todos os informantes disseram que utilizam provas para avaliar os seus alunos. Na verdade, a prova é um instrumento de aprendizagem bastante utilizado tanto na educação básica como na universidade. No entanto para que este instrumento funcione como meio de acompanhamento da aprendizagem, e não como um fim em si devemos ter alguns cuidados. Neste sentido Vasconcelos, (1998) nos faz algumas recomendações. Para o autor o essencial não está nas provas em si, mas devemos levar em consideração:

- A maneira como essas são elaboradas: se a parti de questões problematizadoras, que levem o aluno a pensar, refletir antes de dar a respostas; ou a parti de questões que requerem dos alunos a reprodução de respostas prontas dadas pelo professor ou encontradas nos livros didáticos;

- A forma de como são aplicadas: como uma atividade normal no dia a dia da sala de aula, ou como momento especial, num clima de medo, gerando angustia e insegurança;

A finalidade com que o educador faz uso deste instrumento avaliativo: se com a finalidade de detectar os erros ou acertos dos estudantes, de forma a classifica-los como capazes ou incapazes de avançarem no seu processo de aprendizagem: ou com a finalidade de analisar suas respostas, buscando meios, de forma a garantir a efetiva aprendizagem daquilo que o aluno ainda não aprendeu). Sendo a prática da avaliação um processo, é importante a utilização não

de um, mais de diversos instrumentos avaliativos para que os alunos tenham várias possibilidades de revelar sua aprendizagem por meio da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos na pesquisa possibilitaram-nos perceber o real papel da avaliação do desempenho escolar na percepção do grupo pesquisado, embora saibam da importância da avaliação diagnóstica e mediadora, elas preferem por razões algumas vezes de foro particular outras não, não fazer uso dela. Assim sendo, a avaliação da aprendizagem não está sendo aplicada como deveria ser, na maioria das vezes segundo relato das professoras, ela é apenas aplicada como um instrumento de exclusão social, e, não como um caminho para o educando, exercer seu papel, como cidadão crítico, conscientes de seus direitos e deveres.

A avaliação da aprendizagem precisa estar a serviço da verdadeira inclusão social e escolar, e que esta não continue sendo uma consequência da prática pedagógica desvirtuada e adotada pela política educacional do nosso país. Neste horizonte a avaliação da aprendizagem deve assumir um novo formato, articulando-se com uma concepção de educação contínua e formativa. De forma que o professor reveja sua metodologia, busque novas estratégias de ensino, utilize vários instrumentos avaliativos etc., com o propósito de fazer com que, as competências da BNCC, não fiquem apenas no plano teórico, mas que, essas aconteçam concretamente no “chão da sala de aula”.

Dentro do ensino aprendizagem a questão da avaliação ainda continua sendo uma atribuição do professor. Sabemos que não é fácil avaliar, essa atividade ainda é complexa, porém, é preciso, buscar novas formas de realizá-la, formas que abranjam na medida do possível todos os alunos de maneira eficaz de tal modo que todos tenham acesso não só à escola, mas que nela permaneça com o devido sucesso no seu aprendizado.

A busca por ações educativas que aponte caminhos para efetivação de uma educação democrática, só será alcançada se percebermos que a avaliação da aprendizagem não pode ser um mecanismo de exclusão e seletividade, ela tem que se voltar sobretudo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo do estudante, de forma a oportunizá-lo a intervir no meio social no qual está inserido, auxiliando-o a romper com as estruturas injustas e opressoras da sociedade da qual ele faz parte que divide os alunos entre os que sabem e os que não sabem, os que foram reprovados dos que não foram, entre os capazes e os incapazes, a partir de um mecanismo (a prova) que nem sempre oferece um diagnóstico correto do nível de cognição dos estudantes.

A reflexão e a prática dos profissionais da educação sobre a avaliação precisam ser inovadas, é preciso buscar desempenhar o papel de mediador da aprendizagem, é preciso ser cúmplice do aluno no processo de construção do conhecimento, isto é, é preciso auxiliá-lo na descoberta das suas potencialidades e correções das suas fragilidades de maneira que ele se sinta um participante desse processo e não apenas um coadjuvante que está sendo sempre testado de forma quantitativa sobre o seu conhecimento. Para que essa avaliação mediadora seja de fato efetivada ela precisa ser executada em todos os níveis da educação básica, para que tanto o professor quanto o aluno percebam o verdadeiro sentido da avaliação no processo de ensino aprendizagem, que não se encontra mais na nota apenas, mas no conhecimento adquirido, armazenado e também aplicado.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 18. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- _____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério do 2º grau. Série Formação do professor)
- _____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.: DOU, 23 dez. 1996.
- LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Brasília.
- LÜDCKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação de ensino).
- PRADO, Edna. **Estágio na licenciatura em Pedagogia: gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.